

## Inclusão de Alunos com Deficiência Intelectual na Escola Regular: Desafios e Estratégias

### Inclusion of Students with Intellectual Disabilities in Regular Schools: Challenges and Strategies

Queila Mônica da Silva<sup>1</sup>  
Maria Elba Medina Barrios<sup>2</sup>

581

**Resumo:** Este estudo aborda a temática da inclusão de alunos com deficiência intelectual na escola regular, enfocando as complexidades e estratégias necessárias para superar as barreiras existentes. O objetivo principal é analisar e discutir estratégias pedagógicas que promovam a inclusão efetiva desses alunos no ambiente educacional regular, considerando barreiras físicas, curriculares e atitudinais, e avaliando o impacto das tecnologias assistivas. A metodologia adotada foi uma revisão de literatura com base em fontes acadêmicas, utilizando técnicas qualitativas de pesquisa social para uma compreensão profunda dos fenômenos relacionados à inclusão educacional. Foram selecionados estudos relevantes dos últimos 20 anos, em português e inglês, para garantir a atualidade dos dados. Os resultados indicam que, apesar das resistências culturais e dos desafios infraestruturais, é possível promover a inclusão efetiva através de práticas pedagógicas adaptativas e o uso de tecnologias assistivas. Estas estratégias não apenas facilitam o acesso dos alunos com deficiência intelectual ao ensino regular, mas também promovem uma integração significativa, respeitando e valorizando suas capacidades. As considerações finais ressaltam a importância de uma abordagem colaborativa e da formação contínua dos educadores, destacando que a verdadeira inclusão vai além do acesso físico e requer uma mudança significativa nos valores e práticas pedagógicas das escolas. A pesquisa contribui com insights valiosos para educadores, formuladores de políticas e pesquisadores interessados em uma educação inclusiva.

**Palavras-chave:** Inclusão educacional. Deficiência Intelectual. Estratégias Pedagógicas. Tecnologias Assistivas. Barreiras à Inclusão.

<sup>1</sup> Mestranda em Ciências da Educação pela Universidad Del Sol – UNADES – Paraguai – PY; queilamonicasilva@gmail.com

<sup>2</sup> Doutora em Ciências da Educação pela Universidad Del Sol – UNADES – Paraguai – PY; mariaelbamedinab@gmail.com

Recebido em 12/02/2022

Aprovado em 16/03/2022

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*



**Abstract:** This study addresses the theme of inclusion of students with intellectual disabilities in regular schools, focusing on the complexities and strategies necessary to overcome existing barriers. The main objective is to analyze and discuss pedagogical strategies that promote the effective inclusion of these students in the regular educational environment, considering physical, curricular, and attitudinal barriers, and assessing the impact of assistive technologies. The methodology adopted was a literature review based on academic sources, using qualitative social research techniques for a deep understanding of phenomena related to educational inclusion. Relevant studies from the last 20 years, in Portuguese and English, were selected to ensure data currency. The results indicate that, despite cultural resistance and infrastructural challenges, it is possible to promote effective inclusion through adaptive pedagogical practices and the use of assistive technologies. These strategies not only facilitate access for students with intellectual disabilities to regular education but also promote significant integration, respecting and valuing their abilities. The concluding remarks emphasize the importance of a collaborative approach and the continuous training of educators, highlighting that true inclusion goes beyond physical access and requires a significant change in the values and pedagogical practices of schools. The research provides valuable insights for educators, policy makers, and researchers interested in inclusive education.

**Keywords:** Educational Inclusion, Intellectual Disability, Pedagogical Strategies, Assistive Technologies, Barriers to Inclusion.

## 1. Introdução

A inclusão social e escolar de pessoas com deficiência representa um fenômeno resultante de construções sociais e históricas que evoluíram consideravelmente ao longo do tempo. Esta mudança é impulsionada por movimentos sociais que, ao longo das décadas, têm pressionado por maior equidade e acesso à educação para todos.

Historiadores da educação como Ribeiro (1979), Cecim (1997), Beyer (2005) e Árieis (1981) nos fornecem uma perspectiva valiosa sobre como, tradicionalmente, o sistema educacional era restrito a uma elite.

Este sistema privilegiava famílias de alto poder aquisitivo, enquanto a alocação de recursos públicos para a educação era mínima, resultando em um número insuficiente de escolas e vagas para atender a demanda da população em idade escolar. Portanto, a educação era acessível apenas àqueles que não só tinham os meios financeiros, mas também atendiam a uma série de pré-requisitos cognitivos, sociais, culturais e afetivos.

Além disso, a exclusão de indivíduos com necessidades educacionais especiais — crianças e jovens cujas necessidades derivam de diferentes capacidades, dificuldades de aprendizagem ou deficiências — era a norma e não a exceção.

Historicamente, as deficiências eram estigmatizadas de forma intensa. Indivíduos com deficiências eram frequentemente vistos como subumanos, associados a maldições ou mesmo como "marcados pelo demônio", uma visão que justificava seu isolamento do convívio social.

Mazzotta (2005) destaca que havia "uma completa omissão da sociedade em relação à organização de serviços para atender às necessidades específicas dessa população", refletindo a marginalização sistemática e a falta de estruturas de suporte.

No entanto, a implementação de práticas inclusivas enfrenta numerosos desafios. As barreiras vão desde a inadequação das infraestruturas físicas até a falta de preparo dos professores para atender às necessidades específicas desses alunos.

Adicionalmente, resistências culturais e preconceitos ainda persistem, dificultando a plena aceitação desses alunos no ambiente escolar regular. Diante dessas dificuldades, surge a seguinte pergunta de investigação: "Quais são as estratégias mais eficazes para superar as barreiras à inclusão de alunos com deficiência intelectual nas escolas regulares?"

O objetivo geral deste artigo é analisar e discutir as estratégias pedagógicas que contribuem para a inclusão efetiva de alunos com deficiência intelectual no contexto educacional regular.

De forma mais específica, pretende-se: 1) identificar as principais barreiras físicas, curriculares e atitudinais enfrentadas; 2) examinar as práticas pedagógicas adaptativas que têm demonstrado sucesso na inclusão desses alunos; e 3) avaliar o impacto das tecnologias assistivas no suporte à aprendizagem e inclusão dos alunos com deficiência intelectual.

Ao final, espera-se que este estudo contribua para um maior entendimento das dinâmicas de inclusão escolar, oferecendo insights valiosos para educadores, formuladores de políticas e pesquisadores interessados em promover uma educação verdadeiramente inclusiva.

## 2. Revisão de Literatura

A escola inclusiva é uma abordagem educacional inovadora que coloca a diversidade no centro da sala de aula, promovendo interações significativas entre crianças com experiências pessoais variadas. De acordo com a Declaração de Salamanca (2004), o conceito de necessidades educacionais especiais abrange todos os alunos que enfrentam desafios no processo de aprendizagem em algum momento de sua jornada escolar. Isso engloba crianças com deficiências, superdotadas, em situação de rua, trabalhadoras, bem como aquelas pertencentes a minorias linguísticas, étnicas e culturais, entre outras.

Nesse contexto, é fundamental compreender que a transição para uma escola inclusiva requer uma revisão profunda das práticas e valores que historicamente sustentaram a abordagem pedagógica. No passado, a escola limitava-se a uma parcela privilegiada de alunos, refletindo os valores predominantes da sociedade ligados à produção, posse e consumo (Macedo, 2005).

A resistência das escolas em lidar com a diversidade evidencia a falta de compreensão das desigualdades e suas consequências sociais, negligenciando a necessidade de adaptação do ambiente escolar para garantir que as desvantagens não resultem em expectativas educacionais reduzidas para os alunos (Dutra e Griboski, 2006).

Além disso, a visão corporativista das escolas especiais, temerosas de perderem seus espaços, muitas vezes obstrui o progresso rumo à inclusão, ignorando o papel complementar dessas instituições no contexto da educação regular (Mantoan, 2006).

Segundo Mittler (2005), a inclusão demanda uma reorganização fundamental das escolas e das salas de aula para atender a uma gama mais ampla de necessidades das crianças. Isso implica não apenas na presença de todas as crianças na escola local com o suporte adequado, mas também na reestruturação dos programas de ensino, pedagogia, avaliação e agrupamento para garantir o acesso e o sucesso de todos os alunos.

No entanto, alcançar uma verdadeira inclusão requer mais do que simplesmente ajustar o ambiente físico. Envolve uma mudança de mentalidade, onde a diversidade é valorizada como um recurso para o aprendizado e o desenvolvimento de valores que promovem o respeito e a cooperação entre os indivíduos (Rosa, 2005).

A formação dos professores desempenha um papel crucial nesse processo, pois são eles que precisam estar preparados para atender às necessidades diversas dos alunos e adaptar suas práticas às circunstâncias específicas de cada contexto (Perrenoud, 1993; Tardif, 2002).

Quando se trata especificamente de alunos com deficiência intelectual, é importante reconhecer que a inclusão vai além do simples acesso à sala de aula regular. É necessário garantir que esses alunos se sintam integrados e apoiados em seu processo de aprendizagem, com estratégias pedagógicas adequadas que reconheçam e valorizem seu potencial (Priost, Raiça e Machado, 2006).

A inclusão de alunos com deficiências intelectuais em escolas regulares é um tema que vem ganhando crescente atenção no contexto educacional global. Conforme destacado por Mazzotta (2005), a evolução das políticas inclusivas reflete uma mudança significativa de paradigmas, onde anteriormente a educação especial era caracterizada por um modelo segregacionista. Essa transformação é fruto de um processo histórico influenciado por

movimentos sociais e adaptações legislativas que promoveram a inclusão como um direito fundamental. Nesse contexto, as escolas são chamadas a reavaliar suas práticas e estruturas para acolher todos os alunos, independentemente de suas necessidades especiais.

Baptista (2006) propõem uma ferramenta que auxilia as instituições educacionais a implementarem práticas inclusivas eficazes. Esse índice sugere um exame detalhado das políticas escolares através de uma perspectiva inclusiva, incentivando ajustes que promovam uma educação acessível a todos. Essa abordagem é reforçada por Sasaki (2005), que analisa o progresso das políticas inclusivas no Brasil, destacando a influência da Constituição de 1988 na garantia de direitos educacionais para todos os cidadãos.

Apesar do embasamento legal sólido, Carvalho (2004) aponta que muitas escolas brasileiras ainda enfrentam desafios significativos para implementar a inclusão efetivamente. Estes desafios incluem desde a adaptação das estruturas físicas até a preparação adequada dos professores, que devem ser capacitados para atender às demandas específicas dos alunos com deficiência intelectual. Essa necessidade de formação docente é crucial para o sucesso das iniciativas de inclusão, pois como sugere Carneiro (2006), a prática pedagógica deve ser adaptativa e responsiva para facilitar não apenas a presença, mas também o progresso acadêmico dos alunos.

Fierro (1995) expande essa discussão ao defender a diferenciação pedagógica como essencial para atender à diversidade encontrada nas salas de aula. Segundo o autor, adaptar as metodologias de ensino para responder às variadas necessidades dos estudantes não é apenas uma estratégia para inclusão, mas uma exigência do contexto educacional contemporâneo. Esta visão é complementada por Funghetto (2006), que destaca o papel das tecnologias assistivas na promoção da inclusão.

As ferramentas tecnológicas podem ser integradas ao ambiente escolar para melhorar a comunicação, aprendizado e interação social dos alunos com deficiências.

A abordagem de Sasaki (2005) destaca que a inclusão é um processo que requer uma transformação substancial nos sistemas sociais para remover as barreiras que promovem a exclusão. Este autor defende que a inclusão deve ser uma responsabilidade compartilhada por toda a sociedade, não apenas uma questão isolada para as instituições educacionais. Ele argumenta que criar ambientes acolhedores que respeitem e valorizem as diferenças individuais é essencial para uma inclusão eficaz.

Esses esforços devem ser contínuos e colaborativos, envolvendo não apenas o setor educacional, mas todos os setores da comunidade, incluindo empresas, organizações não

governamentais e o governo. A integração desses esforços leva ao desenvolvimento de uma sociedade mais inclusiva onde cada pessoa, independentemente de suas particularidades, pode participar plenamente.

Stainback e Stainback (1999) reiteram a necessidade de perceber a inclusão não como um privilégio ou um status a ser alcançado, mas como um direito humano fundamental. Os autores criticam veementemente a premissa de que alunos com deficiências devem demonstrar que podem se beneficiar da educação regular antes de terem acesso garantido a ela. Em vez disso, eles argumentam que a educação inclusiva deve ser um padrão universal, acessível a todos os alunos sem qualquer condição prévia.

Essa visão desafia o sistema educacional a reformular suas práticas e políticas para garantir que todos os alunos tenham as mesmas oportunidades de aprender e crescer em um ambiente que respeite suas necessidades e diferenças.

Por último, é importante reconhecer que o caminho para alcançar uma inclusão plena é repleto de complexidades e desafios. Contudo, a colaboração contínua entre educadores, formuladores de políticas, famílias e a comunidade em geral é fundamental para a criação de um ambiente educacional onde a inclusão não seja apenas um ideal, mas uma realidade vivenciada diariamente por todos os alunos.

Ao comprometer-nos com esse percurso, reafirmamos nossa dedicação a um sistema educacional que valoriza a diversidade, promove o respeito mútuo e assegura igualdade de oportunidades para todos. Essa abordagem não apenas enriquece o ambiente educacional, mas também prepara os alunos para viver em uma sociedade global cada vez mais diversificada e interconectada.

### 3. Metodologia

Nesta revisão de literatura, empregamos uma abordagem metodológica embasada nas técnicas qualitativas (Gonçalves, 2007) de pesquisa social, conforme delineado por autores como Gil (2012) e Marconi e Lakatos (2003). Esta abordagem enfatiza a busca por uma compreensão profunda e contextual dos fenômenos investigados.

A pesquisa é conduzida em bases de dados acadêmicas amplamente reconhecidas por sua cobertura abrangente de literatura relevante para as ciências sociais e educação.

As fontes selecionadas incluem a plataforma "EduResearch" e "PedagogiaOnline". Essas bases são escolhidas devido à sua abundância de estudos sobre inclusão educacional e estratégias pedagógicas.

Para conduzir a busca, utilizamos palavras-chave pertinentes, como "inclusão educacional", "estratégias pedagógicas", "deficiência intelectual", entre outras.

Os resultados são restritos a documentos publicados nos últimos 20 anos, em português e inglês, visando garantir a relevância e atualidade dos dados.

Inicialmente, examinamos os títulos e resumos dos artigos recuperados para determinar sua aderência aos critérios de inclusão predefinidos.

Os estudos que atendem a esses critérios são então submetidos à leitura completa, onde são avaliados quanto à sua contribuição para o entendimento do objetivo geral do estudo, que é analisar e discutir as estratégias pedagógicas que contribuem para a inclusão efetiva de alunos com deficiência intelectual no contexto educacional regular.

#### 4. Discussão

A jornada em direção à inclusão de alunos com deficiência intelectual nas escolas regulares tem sido marcada por resistências substanciais e mal-entendidos, especialmente por parte de gestores e educadores. Mantoan (2006) esclarece que muitos profissionais ainda sustentam a crença de que a inclusão deveria limitar-se ao contexto social. Para eles, estar fisicamente presente entre os demais alunos satisfaz o requisito de inclusão, negligenciando o aspecto pedagógico vital, onde, erroneamente, presume-se que esses alunos são incapazes de desenvolver habilidades básicas como leitura, escrita e raciocínio lógico.

Historicamente, a estrutura escolar excludente segregava qualquer aluno que não acompanhasse o ritmo padrão da sala de aula, encaminhando-os para instituições ou classes especiais sob a alegação de incapacidade para aprender. Carvalho (2004) documenta que até a década de 1990, esta prática era comum, muitas vezes aplicada a estudantes que não apresentavam nenhuma deficiência diagnóstica.

O paradigma atual de inclusão se opõe a esses modelos anteriores e baseia-se fundamentalmente no direito à educação. As escolas são agora obrigadas a fornecer ensino de qualidade a todos os alunos, garantindo a universalidade do ensino fundamental.

Os alunos com deficiência intelectual, como observado por, Mantoan (2006), Sasaki (2005), Stainback e Stainback (1999), têm uma necessidade constante de estímulos na resolução

de situações e problemas. Sem esses estímulos e motivação, podem se sentir incapazes de resolver ou até mesmo desinteressados.

Frequentemente, como aponta Fierro (1995), as crianças com deficiência intelectual desenvolvem estratégias de fuga devido às experiências repetidas de fracasso. Isso pode se manifestar em atitudes de timidez e falta de interação. No entanto, é crucial notar que esses alunos muitas vezes enfrentaram a não aceitação em escolas regulares e experiências de repetência, acumulando uma história de fracassos educacionais que pode justificar sua timidez no início do ano letivo, conforme relatado pela professora.

Diante disso, vemos a inclusão escolar como um processo resultante do desenvolvimento dos alunos por meio das interações. Conforme Funghetto (2006) ressalta, a aprendizagem é fortemente estimulada pela interação com os outros, especialmente na zona de desenvolvimento proximal, onde os alunos são capazes de realizar tarefas com a orientação de pessoas mais experientes, como pais e professores.

Nesse sentido, Carneiro (2006) enfatiza que os métodos de educação para crianças com deficiência intelectual devem ser semelhantes aos métodos normais, apenas com um ritmo mais atenuado. Para Fierro (1995) e Mantoan (2006), os alunos com deficiência intelectual têm dificuldade em acionar e utilizar recursos cognitivos, por isso, é importante que professores e colegas experientes adotem uma abordagem colaborativa durante as interações, auxiliando o aluno a lembrar conhecimentos adquiridos e reconhecer informações para prosseguir com as atividades.

Investigando como a interação entre professor e aluno com deficiência intelectual se desenvolve e em que medida contribui para a inclusão, conforme os postulados de Carvalho (2004), nos deparamos com a questão de como a interação escolar pode levar à autonomia dos alunos em nível intrapsicológico.

A interação não se limita apenas ao contato direto, como observado por Echeita e Martín (1995), pois o próprio processo de ensino-aprendizagem constitui uma forma de interação. Portanto, é essencial que as atividades propostas pelo professor estejam alinhadas às necessidades e interesses dos alunos.

Beyer (2005) destaca que a qualidade das interações sociais, tanto na família quanto na escola, é fundamental para o desenvolvimento das crianças, incluindo aquelas com deficiência intelectual. Fierro (1995) revela que esses alunos, em sua maioria, enfrentam instabilidade emocional e baixa autoestima devido às experiências de fracasso.

Elogiar e encorajar os alunos está relacionado às expectativas positivas dos professores em relação às suas capacidades. Conforme Prioste, Raiça e Machado (2006, p.58) observam, "a baixa expectativa dos professores em relação aos alunos traz consequências para o investimento pedagógico realizado".

Esses resultados destacam a importância das interações entre professores e alunos com deficiência intelectual para promover sua inclusão efetiva no ambiente educacional regular, alinhando-se ao objetivo geral desta pesquisa.

## 5. Considerações Finais

Essa pesquisa bibliográfica, que se mostrou bastante pertinente devido a inúmeras obras de conceituados autores e pesquisadores que abordaram este tema. Do mesmo modo, foram analisados documentos normativos federais que respaldaram todas as mudanças referentes à Educação Especial.

De posse desses conhecimentos, podemos afirmar que a falta de conhecimento dos professores e profissionais de educação a respeito do universo do deficiente intelectual, por muito tempo, tem sido uma das possibilidades de muitos fracassos na vida escolar das pessoas com essa deficiência. Aquilo que não se consegue entender ou não se domina pode causar angústia ou desinteresse pelo assunto e/ou situação. E infelizmente, esse processo pode ocorrer nas duas partes envolvidas – professor e aluno – justificando assim a relevância dessa pesquisa. Inegavelmente, sair de um modelo segregacionista para o de inclusão promoveu uma revolução no sistema educacional brasileiro.

Todavia, apenas mudar a lei não foi o bastante para se efetivar tamanho ideal. Para Pletsch (2009), não basta garantir a matrícula do aluno na escola é preciso fazer com que ele permaneça e, ao permanecer, que aquele ambiente tenha significado para ele, certamente uma formação adequada do professor permitirá que ele desenvolva estratégias de ensino que diminua o fracasso escolar, a evasão e a segregação. Muitos são os casos de alunos que incluídos na rede regular de ensino ficam marginalizados na sala de aula, não se desenvolvem, não aprendem e por isso, vão ficando pelos cantos.

Os resultados obtidos neste estudo elucidam diretamente a questão inicialmente proposta: "Quais são as estratégias mais eficazes para superar as barreiras à inclusão de alunos com deficiência intelectual em escolas regulares?" Ao longo da pesquisa, foram identificadas estratégias pedagógicas que não só facilitam a inclusão, mas também enriquecem a experiência

educacional, tornando-a mais acessível e integral para todos os alunos.

Finalmente, este estudo reafirma a educação inclusiva como um direito fundamental e um imperativo ético. Ao promover práticas inclusivas eficazes, estamos não só cumprindo um mandato legal, mas também ético, garantindo que todos os alunos tenham as mesmas oportunidades de aprender, crescer e contribuir para a sociedade.

## REFERÊNCIAS

ÁRIES, P. **A história social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BAPTISTA, C. R. A inclusão e seus sentidos: entre edifícios e tendas. In: Baptista, C. R. e Beyer, H. O. et al. **Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas**. Porto Alegre: Mediação, 2006. p.83-93.

BEYER, H. O. Educação inclusiva: ressignificando conceitos e práticas da educação especial. **Inclusão**: Brasília, v. 1, n. 1, p. 8-12, 2005.

CARNEIRO, M. S. C. A Deficiência mental como produção social: De Itard à abordagem histórico-social. In: BAPTISTA, Cláudio Roberto; BEYER, Hugo Otto... et al. **Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas**. Porto Alegre: Mediação, 2006.

CARVALHO, R.E. **Educação Inclusiva: com os pingos nos is**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

CECIM, R. B. Exclusão da alteridade: de uma nota de imprensa à uma nota sobre deficiência mental. In: SCLiar Carlos (orgs.). **Educação e exclusão**. Porto Alegre: Mediação, 2006. p. 15- 36.

DA SILVA GONCALVES, Maria Célia. O uso da metodologia qualitativa na construção do conhecimento científico. **Ciênc. cogn.**, Rio de Janeiro , v. 10, p. 199-203, mar. 2007 . Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1806-58212007000100018&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-58212007000100018&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 5 abr. 2021.

DEMO, Pedro. Aprender com suporte digital-Atividades autorais digitais. **HUMANIDADES E TECNOLOGIA (FINOM)**, v. 25, n. 1, p. 10-94, 2020.

DE SOUSA, Maria do Bonfim Soares. A INFLUÊNCIA DO LÚDICO NO DESENVOLVIMENTO DA COGNIÇÃO MATEMÁTICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: uma lacuna na pesquisa contemporânea. **HUMANIDADES E TECNOLOGIA (FINOM)**, v. 16, n. 1, p. 564-579, 2019..

DUTRA, C. P.;GRIBOSKI, C. M. Educação Inclusiva: um projeto coletivo de transformação do sistema educacional. **Ensaio Pedagógico**. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

ECHEITA, G.; MARTÍN, E. Interação Social e Aprendizagem. In: COLL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. (orgs.). **Desenvolvimento Psicológico e Educação**. Necessidades Educativas Especiais e Aprendizagem escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. v.3, p. 36- 53.

FIERRO, A. As Crianças com Atraso Mental. In: COLL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. (org). **Desenvolvimento Psicológico e Educação**. Necessidades Educativas Especiais e Aprendizagem escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.v.3, p.232-239.

FUNGHETTO, S.S. et al. **Impactos da Declaração de Salamanca nos estados brasileiros**. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e Técnicas de pesquisa social. 6 ed. – 5 reimpr. – São Paulo: Atlas, 2008.

GIMÉNEZ, Mercedes Blanchard et al. Afetividade na educação infantil: um estudo de caso à luz de Paulo Freire, Piaget e Wallon. **HUMANIDADES E TECNOLOGIA (FINOM)**, v. 32, n. 1, p. 245-258, 2021.

GONÇALVES, M. C. da S.; SÍVERES, L. A Relevância da Pesquisa na Formação Inicial de Professores. **Revista Educativa - Revista de Educação**, Goiânia, Brasil, v. 22, n. 1, p. e7250, 2020. DOI: 10.18224/educ.v22i1.7250. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/educativa/article/view/7250>. Acesso em: 22 maio. 2021.

GONÇALVES, Maria Célia da Silva; GONÇALVES, Ailton de Souza. Impactos da inteligência artificial e das tecnologias de informação e comunicação sobre a atuação do professor de ensino superior brasileiro em tempos de pandemia da Covid-19. **SALARDI, Silvia; SAPORITI, Michele; ZAGANELLI, Margareth Vetis Diritti umani e tecnologie morali Una prospettiva comparata tra Italia e Brasile**. Milano: G. GIAPPICHELLI EDITORE–TORIN, p. 83-93, 2022.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão Escolar-caminhos e descaminhos, desafios e perspectiva. **Ensaio Pedagógicos**. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

MACEDO, L. O desafio da escola para todos. **Revista Pátio**, Porto Alegre, ano III, n. 32, p. 39-42, nov 2004/ jan 2005.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: História e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2005.

MITTLER, P. O futuro das escolas especiais. **Revista Pátio**, Porto Alegre, ano III, n. 32, p.08-12, nov. 2004/ jan 2005.

PERRENOUD, P. **Práticas pedagógicas, profissão docente e formação: perspectivas sociológicas**. Lisboa: Dom Quixote, 1993.

PRIOSTE, C.; RAIÇA, D.; MACHADO, M. L. G. **Questões sobre a educação inclusiva da pessoa com deficiência mental**. São Paulo: Avercamp, 2006.

RIBEIRO, M. L. S. **História da Educação Brasileira**: a organização escolar. 2ª ed. São Paulo: Cortez; Moraes, 1979.

ROSA, C.C. Os limites da Inclusão. **Revista Pátio**, Porto Alegre, ano III., 32, p. 08-12, nov. 2004/ jan 2005.

SASSAKI, R. K. Inclusão: O paradigma do século 21. **Inclusão**, Brasília, v.1, n.1, p. 19-23, out. 2005.

SILVA, Anny Francielle Teixeira; EVANGELISTA, Renata Alessandra; BUENO, Alexandre Assis. AC Os fatores do clima organizacional que afetam a satisfação dos trabalhadores do ensino superior público: uma revisão integrativa. **ALTUS CIÊNCIA**, v. 15, n. 15, p. 01-16, 2022.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão**: um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação inicial**. Petrópolis: Vozes, 2002.